

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes Exercício Findo
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	12/06 a 31/12/2017
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	18	200.816	-
Receita de construção	18	<u>258.016</u>	<u>9.688</u>
		458.832	9.688
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	19.b)	(144.748)	(11.566)
Custo de construção	19.a)	<u>(258.016)</u>	<u>(9.688)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		56.068	(11.566)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(16.710)	(8.565)
Despesas tributárias		(487)	-
Outras despesas		<u>(941)</u>	<u>-</u>
		(18.138)	(8.565)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>37.930</u>	<u>(20.131)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.744	256
Despesas financeiras	21	<u>(35.160)</u>	<u>(9.794)</u>
Total do resultado financeiro		(32.416)	(9.538)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>5.514</u>	<u>(29.669)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	22	(3.698)	-
Diferidos	22	<u>2.722</u>	<u>11.221</u>
		(976)	11.221
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>4.538</u>	<u>(18.448)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico	25	<u>0,004</u>	<u>(0,032)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>12/06 a 31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>4.538</u>	<u>(18.448)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.538</u>	<u>(18.448)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Integralizado	Custo na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Constituição do capital social em 12 de junho de 2017		1	-	-	1
Aumento de capital social	17.1	706.040	-	-	706.040
Custos na emissão de ações	17.2	-	(2.656)	-	(2.656)
Prejuízo do período		-	-	(18.448)	(18.448)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		706.041	(2.656)	(18.448)	684.937
Integralização de capital social	17.1	150.526	-	-	150.526
Aumento de capital social	17.1	116.805	-	-	116.805
Custos na emissão de ações	17.2	-	(572)	-	(572)
Lucro líquido do exercício		-	-	4.538	4.538
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		973.372	(3.228)	(13.910)	956.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	12/06 a 31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período		4.538	(18.448)
Ajustes para conciliar o lucro líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(2.722)	(11.221)
Depreciação e amortização	10, 19	32.384	10.226
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	21	33.357	9.630
Provisão para manutenção técnica	19	4.704	1.340
Juros e variações monetárias, líquidas		(68)	-
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	6	10.398	-
Provisão para outorga variável	16	11.506	-
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		(36.564)	-
Estoque		(872)	-
Impostos a recuperar		(490)	(272)
Adiantamentos diversos		(2.561)	(75)
Despesas antecipadas		855	(2.422)
Depósito judicial		(130)	-
Fornecedores e contas a pagar		13.018	3.609
Impostos a recolher		11.778	237
Obrigações trabalhistas		6.856	928
Repasses para terceiros		2.226	-
Partes relacionadas		20.440	-
Outras contas a pagar		482	-
Juros pagos - financiamento	12	(2.142)	-
Impostos pagos		(1.612)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>105.381</u>	<u>(6.468)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado	9	(7)	(72)
Aquisição do intangível	10.b) e 26	(308.798)	(676.458)
Adições ao fundo reserva	12.d)	(8.803)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(317.608)</u>	<u>(676.530)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	17.1	150.526	706.041
Custos na emissão de ações	17.2	(572)	(2.656)
Captação de financiamento	12.c)	210.101	-
Custos de captação de financiamento	12.c)	(9.035)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>351.020</u>	<u>703.385</u>
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>138.793</u>	<u>20.387</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício/período	5	20.387	-
No fim do exercício/período	5	159.180	20.387
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>138.793</u>	<u>20.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	12/06 a 31/12/2017
Receita bruta de serviços prestados	18	231.064	-
Receita de construção	18	258.016	9.688
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	6	(10.398)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção		(258.016)	(9.688)
Materials, energia, serviços de terceiros e outros		(94.026)	(7.117)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>126.639</u>	<u>(7.117)</u>
Depreciação e amortização	19	(32.384)	(10.226)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		<u>94.255</u>	<u>(17.343)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	2.744	256
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>96.999</u>	<u>(17.087)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		19.732	2.167
Benefícios		2.540	544
FGTS		808	89
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		26.255	(11.229)
Estaduais		-	1
Municipais		7.966	1
Remuneração de capitais de terceiros:			
Encargos sobre outorga		33.357	9.630
Outros		1.803	158
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período		4.538	(18.448)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		<u>96.999</u>	<u>(17.087)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. ("CASSA" ou "Companhia") foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães ("Aeroporto de Salvador"), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC" ou "Poder Concedente") assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura e do complexo aeroportuário composto pelas seguintes fases:

- a) FASE I-A - Transferência das operações do aeroporto sob comando Infraero para a Companhia.
- b) FASE I-B - Reforma e ampliação do aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviço com prazo requerido até outubro de 2019.
- c) FASE I-C - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do aeroporto para recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - ("PEA").
- d) FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA.

A Fase I-A está dividida em três estágios assim compostos:

- i) Apresentação pela Companhia e aprovação pela ANAC de um plano de transferência das operações do Aeroporto de Salvador (Plano de Transferência Operacional - PTO). Durante este estágio a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero") ainda era responsável pelas operações do Aeroporto de Salvador. O PTO foi aprovado no dia 23 de outubro de 2017.
- ii) Execução do Plano de Transferência e operação assistida. Neste estágio a Infraero permanece como responsável pelo Aeroporto de Salvador com o monitoramento direto da Companhia. Esse estágio foi concluído em 1 de janeiro de 2018.
- iii) Operação de transição - neste último estágio da fase I-A, que iniciou em 2 de janeiro de 2018 a Companhia passa a ter a responsabilidade pelo Aeroporto de Salvador com o apoio da Infraero. A partir desse estágio a Companhia já é responsável por toda a operação e todas as áreas correlatas. A partir dessa fase a Companhia reconhece as receitas e custos associados às operações do Aeroporto de Salvador. Esse estágio foi concluído em 31 de março de 2018.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto de Salvador, a Companhia pagou uma contribuição inicial fixa de R\$663.966 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e sessenta e seis mil reais), decorrente da oferta realizada no respectivo leilão, e se obriga a pagar à União uma contribuição futura fixa, corrigida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, referente ao valor nominal de R\$956.857 (novecentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais) a serem pagos em parcelas anuais pelo período de 30 anos, sendo cinco de carência inicial, assim compostos:

<u>Descrição</u>	<u>Período</u>	<u>Contribuição</u>
1º ao 5º ano	30/08/2017 a 29/08/2022	-
6º ano	30/08/2022 a 29/08/2023	8.320
7º ano	30/08/2023 a 29/08/2024	16.641
8º ano	30/08/2024 a 29/08/2025	24.961
9º ano	30/08/2025 a 29/08/2026	33.282
10º ao 30º ano	30/08/2026 a 30/08/2046	41.602

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão), vide nota 16.

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de: embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia mantinha instrumentos financeiros os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Financiamento e Compromissos com o poder concedente (outorga da concessão a pagar).

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

3.2. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

3.4. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.5. Ativos intangíveis

a) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício em base linear ao longo do prazo de concessão do aeroporto, respeitando a vida útil do bem corpóreo.

b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota nº 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

c) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada em base linear ao longo do prazo da concessão.

3.6. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (nota explicativa nº 12).

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7. Compromisso com o poder concedente (Outorga da concessão a pagar)

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 7,79% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.8. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide nota explicativa nº 15.

3.9. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

3.10. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

b) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a receita e custo de construção representam o montante de R\$258.016 (R\$9.688 em 2017).

3.11. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do Lucro (prejuízo) diluído por ação, desta forma o Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são iguais.

3.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.13. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às International Financial Reporting Standards ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2018.

- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros - O pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9) substituiu o CPC 38 (IAS 39) a partir de 1º de janeiro de 2018. O novo pronunciamento apresentou mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.
- CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente - Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as anteriores normas para o reconhecimento de receitas, incluindo a IAS 18 / CPC 30 (R1) Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

As alterações acima descritas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em comparação às demonstrações financeiras do período anterior.

b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente a seguinte norma revisada:

- IFRS 16 – Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17 / CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 / ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia ainda está avaliando os impactos dessa norma revisada, até momento não foi identificado impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método linear, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (nota nº 22).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

b) Amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através do método linear, limitado ao prazo final da concessão. A Administração entende que é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporados no ativo.

c) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

d) Cálculo da perda estimada em crédito de liquidação duvidosa ("PCLD")

Ao mensurar a PCLD a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo fixo	24	-
Bancos conta movimento	4.419	20.387
Aplicação financeira	<u>154.737</u>	<u>-</u>
	<u>159.180</u>	<u>20.387</u>

Em 31 de dezembro de 2018, Caixa e equivalentes de caixa que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber	36.564
(-) Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	<u>(10.398)</u>
	<u>26.166</u>

a) Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

Saldo no início do exercício	-
Adições	<u>(10.398)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(10.398)</u>

b) Composição por idade de vencimento

	<u>31/12/2018</u>
A vencer	21.858
Vencido	<u>14.706</u>
	<u>36.564</u>

A Companhia sempre mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de crédito esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para a maior parte das contas a receber vencidas há mais de 60 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	436	3
Outros créditos tributários	<u>326</u>	<u>269</u>
	<u>762</u>	<u>272</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$1.567 (R\$2.422 em 2017), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos contratos.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

a) Composição do imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10%	7	-	7	72

b) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	72
(+) Adição	7
(-) Transferência para intangível (nota 10.b)	<u>(72)</u>
Saldo final do exercício	<u>7</u>

10. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

a) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<u>Intangível em infraestrutura</u>		401	(57)	344	-
Veículos	<u>20</u>	5.897	(124)	5.773	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	<u>10</u>	97	(44)	53	-
Móveis e utensílios	<u>10</u>	2.409	(269)	2.140	-
Computadores e periféricos	<u>20</u>	4.958	(653)	4.305	292
Software	<u>20</u>	1.052.365	(41.463)	1.010.902	913.809
Outorga da concessão	<u>(*)</u>	323.104	-	<u>323.104</u>	<u>9.688</u>
Intangível em formação		<u>1.389.231</u>	<u>(42.610)</u>	<u>1.346.621</u>	<u>923.789</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados, considerando o prazo de concessão através do método linear.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados juros referentes aos financiamentos no valor de R\$2.563.

b) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício/período	923.789	-
(+) Adição	324.187	934.015
(+) Encargos capitalizados (Nota 12.c)	2.563	-
(+) Integralização de capital (nota 17.1)	116.805	-
(+) Transferência do Imobilizado	72	-
(+) Reconhecimento de Outorga (Nota 26)	11.589	-
(-) Amortização	<u>(32.384)</u>	<u>(10.226)</u>
Saldo final do exercício/período	<u>1.346.621</u>	<u>923.789</u>

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores diversos	30.570	942
Outras contas a pagar	<u>9.563</u>	<u>10.784</u>
	<u>40.133</u>	<u>11.726</u>

12. FINANCIAMENTO

a) Composição

	Moeda	31/12/2018
Banco do nordeste ("BNB")	R\$	210.522
Custo de capitação	R\$	(9.009)
		<u>201.513</u>
(-) Circulante		<u>(421)</u>
Não circulante		<u>201.092</u>

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no valor de R\$516.718, com liberação em 5 parcelas, sendo que, até 31 de dezembro de 2018, foram liberadas 2 parcelas totalizando o montante de R\$210.101. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual.

O contrato de financiamento com o BNB detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores") e fundo de reserva. Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão. Esse contrato de financiamento prevê cláusulas de covenants não financeiros os quais foram cumpridos pela Companhia.

b) Prazo de vencimento

2020	6.282
2021	13.754
2022	15.604
2023	16.783
2024	17.815
2025 até 2038	130.854
	<u>201.092</u>

c) Movimentação

Saldos em 1º de janeiro de 2018	-
Captações	210.101
Encargos capitalizados (Nota 10.b)	2.563
(-) Juros pagos	(2.142)
Custo de transação	(9.035)
Amortização do custo de transação	26
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>201.513</u>

d) Fundo de reserva

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica de Fundo de reserva no montante de R\$8.898 (Principal -R\$8.803 e Juros - R\$95) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	-	196
Funcionários infraero (a)	3.441	-
Participação nos lucros e resultados - ("PLR)	933	-
Provisão de férias	1.481	157
Outras obrigações	<u>1.929</u>	<u>575</u>
Total	<u>7.784</u>	<u>928</u>

- (a) Refere-se a custos com reembolso de folha de pagamento dos funcionários da INFRAERO cedidos à CASSA nos três primeiros meses de operação, durante o período de transição (Estágio 3, Fase I-A), conforme disposto no item 2.26.3 do contrato de concessão.

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	<u>Saldos contábeis</u>		<u>Transações</u>		
	<u>Fornecedores</u>	<u>Intangível</u>	<u>Receita de construção</u>	<u>Custo de construção</u>	<u>Despesas</u>
VINCI Airport SAS (i)	17.456	11.634	-	-	5.822
Oengenharia (iii)	2.598	69.955	69.955	(69.955)	-
Soletanche Freyssinet (iv)	234	-	-	-	234
Vinci Mobillity (ii)	152	128	-	-	24
Total	20.440	81.717	69.955	(69.955)	6.080

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS relativos a obra, gastos com apoio a implantação do projeto da concessão, consultoria técnica, contratação de seguros e provisão para pagamento de utilização do uso da marca no montante de EUR\$504 mil.
- (ii) Refere-se a gastos incorridos relacionadas a obra, implantação de projetos e reembolso de despesas.
- (iii) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão do complexo aeroportuário de Salvador.
- (iv) Refere-se a valores a pagar pelos serviços de consultoria técnica.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$6.044 (R\$1.340 em 2017) da rubrica provisão para manutenção técnica pesada representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares, com previsão de gastos mais relevantes a partir de 2022. A política da Companhia é reconhecer tais gastos pesados proporcionalmente ao tempo incorrido no resultado do exercício.

16. COMPROMISSO COM O PODER CONCEDENTE

a) Composição e movimentação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contribuição variável – Circulante	11.506	-
Contribuição fixa – Não circulante	<u>304.016</u>	<u>259.070</u>
	<u>315.522</u>	<u>259.070</u>

A seguir a movimentação do exercício:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício/período	259.070	-
Outorga a pagar	11.589	249.440
Encargos sobre outorga fixa	33.357	9.630
Provisão para outorga variável	11.506	-
Saldo no final do exercício/período	<u>315.522</u>	<u>259.070</u>

b) Contribuição fixa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 de acordo com o contrato de concessão e com o respectivo leilão, a Companhia irá remunerar o poder concedente em parcelas fixas ("contribuição fixa"), corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

A outorga fixa apresenta um valor nominal total de R\$956.851 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 7,79% a.a. para o cálculo do valor presente.

c) Contribuição variável

A companhia registrou provisão a pagar de outorga variável no montante de R\$11.506, no passivo circulante, a qual é calculada pela aplicação de 5% sobre a receita bruta.

Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável, conforme estabelece o contrato de concessão:

	<u>2018</u>
Receita bruta antes das deduções	231.064
Cancelamentos	(951)
	<u>230.113</u>
Percentual	5%
Contribuição variável	<u>11.506</u>

d) Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante os 10 (dez) primeiros anos do prazo de concessão, no montante de R\$ 712 milhões, conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviada à ANAC em 24 de fevereiro de 2018 (Gastos realizados até 31 de dezembro de 2018 – R\$ 337 milhões.)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 990 ações emitidas pela VINCI Airports SAS ("VINCI") e 10 ações emitidas pela Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. ("Participações"), no valor de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Vinci e Participações.

Em 26 de junho de 2017, foi aprovado aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.012.582, representado por 1.012.581.701 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e a integralizar, pelos acionistas.

Em 21 de julho de 2017, foram integralizados pelos acionistas VINCI e Participações, os montantes de R\$698.981 e R\$7.060, respectivamente, no capital da Companhia, totalizando R\$706.040.

Em 2018, foram integralizados pelo acionista VINCI o montante de R\$150.526 no capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$116.805 mediante a emissão de 116.804.704 (cento e dezesseis milhões, oitocentas e quatro mil, setecentas e quatro) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, fixado com base no valor patrimonial, totalmente subscritas e a integralizadas pelo acionista Participações através de ativos intangíveis. .

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representado a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais	31/12/2018				31/12/2017	
			subscrito	Capital - R\$ a integralizar	integralizado	Capital - R\$ integralizado		
Vinci Airports SAS	98,76%	1.002.455.884	1.002.455.884	(152.948.925)	849.506.959	698.981		
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	11,24%	126.930.522	126.930.522	(3.065.397)	123.865.125	7.060		
	100,00%	1.129.386.406	1.129.386.406	(156.014.322)	973.372.084	706.041		

17.2. Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital, o qual para 31 de dezembro de 2018 monta o valor de R\$3.228 (R\$2.656 em 2017), sendo reconhecido em 2018 o montante de R\$572.

18. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Receita operacional

	2018
Receita de embarque e conexão	117.919
Receita de repouso e permanência	29.023
Receita de armazenagem e capatazia	12.362
Receita de cessão de espaço	71.669
Outras receitas	91
	<u>231.064</u>

	<u>2018</u>
Deduções da Receita	(30.248)
Receita líquida	<u>200.816</u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2018, o montante referente a receita de construção foi de R\$258.016 (R\$9.688 em 31 de dezembro de 2017).

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$258.016(R\$9.688 em 31 de dezembro de 2017) como custo de construção.

b) Custo operacional

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo com pessoal	(20.471)	-
Operações aeroportuárias	(39.011)	-
Depreciação e amortização	(32.384)	(10.226)
Material, equipamento e veículos	(1.275)	-
Gastos Gerais	(11.504)	-
Conservação e manutenção	(20.477)	-
Seguros e garantias	(3.416)	-
Provisão de manutenção técnica	(4.704)	(1.340)
Outorga variável	(11.506)	-
	<u>(144.748)</u>	<u>(11.566)</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa com pessoal	-	(2.800)
Consultoria e assessoria	(3.482)	-
Comunicação, marketing e publicidade	(1.238)	(1.679)
Gastos gerais e administrativos	(1.019)	(1.790)
Viagens	(572)	(2.296)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(10.398)	-
	<u>(16.710)</u>	<u>(8.565)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Receita financeira</u>		
Descontos obtidos	16	-
Rendimento de aplicação financeira	1.934	256

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros recebidos	790	-
Outras receitas financeiras	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>2.744</u>	<u>256</u>
<u>Despesa Financeira</u>		
Encargos sobre outorga	(33.357)	(9.630)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(191)	-
Variação cambial passiva	(847)	-
Outras despesas financeiras	<u>(765)</u>	<u>(164)</u>
	<u>(35.160)</u>	<u>(9.794)</u>
	<u>(32.416)</u>	<u>(9.538)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$13.942 (R\$11.221 em 31 de dezembro de 2017), calculados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IR e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa (34%)	7.343	8.966
IR e CSLL diferença fiscal temporária (34%)	<u>6.599</u>	<u>2.255</u>
Ativo de imposto diferido (líquido)	<u>13.942</u>	<u>11.221</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social	5.514	(29.669)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(1.875)	10.088
Adições permanentes		
Custo de construção	(87.725)	(3.294)
Outras despesas indedutíveis	(190)	(32)
Efeitos de ajuste a valor presente - outorga da concessão	(7.157)	(2.154)
Exclusões permanentes		
Recelta de construção	87.725	3.294
Custo na emissão de ações	194	903
Efeitos de ajuste a valor presente - intangível	7.960	2.418
Outros ajustes permanentes	<u>92</u>	<u>-</u>
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>(976)</u>	<u>11.221</u>
IR e CSLL diferidos	2.722	11.221
IR e CSLL correntes	(3.698)	-
Total da receita (despesa) com IR e CSLL	<u>(976)</u>	<u>11.221</u>

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$21.597 (R\$26.372 em 2018) o qual, de acordo com as projeções da Administração, serão utilizados em 2019. A expectativa da Administração é utilizar o saldo de ativo fiscal diferido em 2019 e 2020.

23. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil aeronáutica	Setembro/2019	2.994.810
Responsabilidade civil geral	Março/2019	10.000
Responsabilidade de obras	Dezembro/2019	42.000
Risco de engenharia	Dezembro/2020	693.204
Seguro de frota	Janeiro/2020	1.500
Riscos operacionais (property)	Dezembro/2019	829.548
Responsabilidade civil ambiental	Março/2020	36.600
Riscos diversos (terrorismo)	Dezembro/2019	340.000
Performance bond	Janeiro/2020	228.039
Seguro de vida	Outubro/2019	1.240

Seguro riscos operacionais ("property") (AIG Seguros)

A Companhia contratou, a cobertura de seguro no valor de R\$829.548 para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2019 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (XL CATLIN)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$36.600 com vigência até 23 de março de 2020 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (AIG SEGUROS)

Seguro com vigência até 31 de dezembro de 2019 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (Allianz)

Seguro com cobertura de lesões corporais ou danos materiais causados por uma ocorrência em excesso à limitação da responsabilidade civil. Com vigência até 30 de setembro de 2019 com um limite de indenizações em caso de sinistro de R\$2.994.810.

Seguro performance bond (SWISS RE)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão (R\$228.000 até o final da fase 1B e subsequentemente reduzido para R\$114.000 uma vez que os investimentos são aprovados pela ANAC). O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2020.

24. GESTÃO DE RISCOS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores	40.133	-	-	-	40.133
Provisão para manutenção técnica	-	672	5.372	-	6.044
Outorga da concessão a pagar	-	-	-	304.016	304.016
Total	40.133	672	5.372	304.016	350.193

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	2018	2017
Financiamentos	12	201.513	-
Outorga da concessão a pagar	16	304.016	259.070
Menos Caixa e equivalente de caixa	5	(159.180)	(20.387)
Menos Fundo de reserva	12 (d)	(8.898)	-
Dívida líquida		337.451	238.683
Total do patrimônio líquido		956.234	684.937
Total do capital		1.293.685	923.620
Índice de alavancagem financeira (%)		35	35

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição ao IPCA do instrumento financeiro relativo ao passivo da outorga da concessão para 31 de dezembro de 2018 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação no índice de preço ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do IPCA.

Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o IPCA aumenta em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes.

<u>Saldos</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Outorga da concessão a pagar	Aumento do IPCA	(119)

Para expectativa do saldo do passivo da outorga da concessão ao final do exercício foi considerado as taxas futuras do IPCA de 4,12% o qual representa um incremento de 10% no índice acumulado nos últimos dozes meses findos em 31 de dezembro de 2018 que monta 3,74%.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. Os instrumentos financeiros apresentados nessa demonstração financeira foram classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO

O lucro líquido (prejuízo) básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	4.538	(18.448)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>1.012.582</u>	<u>569.776</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação - R\$	<u>0,004</u>	<u>(0,032)</u>

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reconhecimento de intangível relativo a passivo de outorga de concessão	11.589	249.440
Custo de formação do intangível em fornecedores	-	8.117
Capitalização líquida de juros no ativo Intangível	421	-
Aumento de capital	116.805	-
Provisão para pagamento de fornecedores da obra	15.389	-

27. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 12 de março de 2019.
